DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

ADRIANA AMANDA DOS SANTOS BISPO

RESUMO

No Brasil e em outras áreas da América latina, a educação de adultos viveu um processo de amadurecimento que veio transformando a compreensão que dela tínhamos poucos anos atrás. A educação de adultos e melhor percebida quando a situamos hoje como educação popular. A Educação de Jovens e Adultos, EJA, por mais de quinhentos anos de história da educação brasileira, foi alvo de discriminação e sobreviveu na fímbria da sociedade, só começou a delimitar espaço a partir da década de trinta. Objetivando inclusão social, inserção no mercado de trabalho e construção de cidadania, a EJA possui função reparadora, equalizadora e qualificadora. Devido à globalização, o advento das novas tecnologias e o surgimento da sociedade da informação, a EJA enfrenta os desafios de combate ao analfabetismo formal e digital. O seu processo pedagógico deve seguir diretrizes voltadas à formação integral do educando e sua inserção no mundo globalizado, discutir os seus objetivos face ao acelerado desenvolvimento, ao consumo exagerado e à acirrada competição do mercado de trabalho.

Palavras-Chave: Educação de jovens e Adultos; Sociedade; Tecnologia.

ABSTRACT

In Brazil and in other areas of Latin America, adult education has undergone a process of maturation that has transformed the understanding we had of it a few years ago. Adult education is best perceived when we situate it today as popular education. For more than five hundred years of history of Brazilian education, Youth and Adult Education (EJA) has been the target of discrimination and has survived at the edge of society, only beginning to delimit space in the thirties. Aiming at social inclusion, insertion in the labor market and construction of citizenship, EJA has a restorative, equalizing and qualifying function. Due to globalization, the advent of new technologies and the emergence of the information society, EJA faces the challenges of combating formal and digital illiteracy. Its pedagogical process must follow guidelines aimed at the integral formation of the student and his insertion in the globalized world, discuss his objectives in the face of accelerated development, consumption exaggerate e à acaridan competition of job market.

Keywords: adult and youth education; society; technology.

INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos é uma modalidade do ensino fundamental e do ensino médio, dando oportunidade a jovens e adultos para iniciar e/ou dar continuidade aos seus estudos. A Constituição de 1988, em seu art. 208, inciso I, garante o acesso ao ensino fundamental gratuito, inclusive àqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria. Esse dispositivo constitucional determina, portanto, o dever do Estado de promover a educação de jovens e adultos.

A Resolução n.º 1/2000, do CNE, define que «no caso de cursos semipresenciais e a distância, os alunos só poderão ser avaliados, para fins de certificados de conclusão, em exames supletivos presenciais oferecidos por instituições especificamente autorizadas, credenciadas e avaliadas pelo poder público, dentro das competências dos respectivos sistemas, conforme a norma própria sobre o assunto e sob o princípio do regime de colaboração» (art. 10). No Brasil, não existem ainda dados sistematizados sobre o ensino não presencial. Por isso, os dados limitam-se ao ensino presencial.

O objetivo geral seria combater o preconceito em relação ao analfabeto, reconstruindo o conceito de alfabetização. Ofertar a educação de jovens e adultos como modalidade de ensino da educação básica, promovendo a escolarização nas etapas Fundamental e Média nas escolas da rede estadual de ensino. Proporcionar aos jovens e adultos o efetivo direito ao conhecimento, possibilitando-lhes o acesso, permanência e a participação no mundo letrado, na resolução dos problemas da vida cotidiana e na melhoria da qualidade do trabalho, para o exercício da cidadania.

Assegurar aos jovens e adultos, oportunidades educacionais pautadas nas necessidades básicas, nas expectativas, considerando as características de condições de vida, motivando e ampliando conhecimentos do mundo, da cultura, da língua que se fala e se escreve e da matemática de uso social.

Hoje, mais que nunca, a educação e a aprendizagem dos adultos constituem a chave indispensável para liberar as forças criativas das pessoas, dos movimentos sociais e das nações. A paz, a justiça, a autoconfian-

ça, o desenvolvimento econômico, a coesão social e a solidariedade continuam a serem metas e obrigações indispensáveis que terão de ser perseguidas, reforçadas por meio da educação e da aprendizagem dos adultos.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Segundo a literatura, o início dos programas voltados à educação de jovens e adultos no Brasil começou no período colonial no ano de 1549 quando os jesuítas chegaram ao Brasil é nesse período que se dá início aos trabalhos de catequização e ministração de aulas aos índios adultos e para habitantes que possuíam muitos bens na colônia, mas é a partir do ano 1759, ou seja, no período pombalino que a educação de Jovens e Adultos começa a passar por desafios, pois o marquês de Pombal Sebastião José de Carvalho e Melo expulsa os jesuítas com isso pouca coisa restou da prática educativa. Porém historicamente, a Educação de Jovens e Adultos, no cenário brasileiro, nasce da união e compromisso estabelecido entre a alfabetização e a educação popular.

Aquela concebida como um processo de grande extensão e profundidade, destinando-se a grandes contingentes populacionais, ao mesmo tempo em que contribuísse para que estas pessoas voltassem a acreditar na possibilidade de mudança e melhoria de suas vidas ao poderem "ler o mundo e, ao lê-lo, transformá-lo" (FREIRE, 1976).

Entretanto, é a partir do Governo Vargas, em especial da promulgação da Constituição de 1934, onde a constituição instrui a obrigatoriedade do ensino primário a todos os brasileiros, mas com o golpe do estado novo, Getúlio Vargas rasga a constituição e anula todos os avanços conseguidos pelo conselho nacional de educação. Várias campanhas foram criadas para acabar com o analfabetismo, entre elas a de 1947 que alimentou a reflexão e o debate em torno do analfabetismo e a educação de jovens e adultos no Brasil, no ano de 1949 aconteceu o seminário internacional de educação de adultos incentivando a criação da Missão Rural de Educação de Adultos, o que deu origem à campanha de Educação Rural, com o objetivo de combater a doença do analfabetismo que assolava o país. Na década de cinquenta desse século, a Campanha de Educação de Jovens e Adultos sofreu muitas críticas pelos métodos usados e foi extinta por não obter resultados positivos. Surge nesse momento uma referência no panorama da educação para Jovens e Adultos: Onde se discutiu a Educação de Jovens e Adultos como processo de educação e libertação da opressão. Foi discutida também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e mais de duzentas teses foram apresentadas, entre elas a de Paulo Freire. Contava Paulo Freire: "Eu defendia uma pedagogia democrática que partia das ansiedades, dos desejos, dos sonhos, das carências das classes populares".

A pedagogia de Paulo Freire inspirou os principais programas de alfabetização e educação popular, empreendidos por intelectuais, estudantes e católicos, entre elas a campanha de erradicação do analfabetismo em 1957, e em 1958 no segundo congresso de educação de adultos, surgiu o questionamento das campanhas de alfabetização até então desenvolvidas que, no entendimento dos participantes do congresso se limitavam apenas ao ensino de assinar o nome. Porém era necessária para eles uma reflexão sobre o aspecto de sua participação política nos acontecimentos nacionais.

Com a pedagogia de Paulo Freire, nasce, nesse clima de mudança no início dos anos sessenta, a Educação Popular, que se articulava à ação política junto aos grupos populares: intelectuais, estudantes, pessoas ligadas à igreja Católica e a CNBB. Em 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que deveria atingir todo o país, orientado pela proposta pedagógica de Paulo Freire, mas, foi suprimida pelo golpe militar de com o golpe militar, todos os movimentos populares de Educação de Jovens e Adultos foram extintos, assumindo os militares a responsabilidade pela escolarização. Criando assim no ano de 1967 o (MOBRÁL) Movimento Brasileiro de Alfabetização, o MOBRAL foi um programa nacional, normatizado pelo Ministério de Educação, e que deveria ser implementado em todos os municípios de forma descentralizada, com cada localidade sendo responsável pela implementação e contratação de pessoas, que somente tinha como finalidade fazer com que os alunos aprendessem a ler e a escrever sem uma preocupação maior com a formação do homem, mas que acabou esbarrando em inúmeras dificuldades, práticas e ideológicas, que levaram a sua extinção em 1985 (Di Pierro & Haddad, 2000).

Somente no ano de 1996 é promulgada a lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação com a atenção devida à Educação de Jovens e Adultos que afirma na Seção V da Educação de Jovens e Adultos: Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. Art. 38.

Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreen-

derão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. § 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. § 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. Mesmo assegurando vários direitos para que o jovem e o adulto continuem na escola os desafios que essas pessoas encontram ainda é grande, Rui Barbosa, em 1834, apud Leôncio Soares, argumenta que:

A nosso ver a chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria. Eis a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação, eis o formidável inimigo, o inimigo intestino, que se asila nas entranhas do país. Para vencê-lo, releva instauramos o grande serviço da "defesa nacional contra a ignorância", serviço a cuja frente incumbe ao parlamento à missão de colocar-se, impondo intransigentemente à tibieza dos nossos governos o cumprimento do seu supremo dever para com a pátria (LEÔNCIO SOARES, 2002, p.45).

A formalização da Educação de Jovens e Adultos em modalidade de educação, garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), representou uma conquista social, pois indicava a superação de uma história concebida a partir de programas pontuais e fragmentada. No entanto, se por um lado, entendemos que representou uma conquista pela ampliação da noção de EJA, por outro se restringiu ao contexto escolar, excluindo o conceito de educação profissional e outras modalidades da Educação Social (sócia educação; educação comunitária; educação prisional, medidas socioeducativas, educação para a paz; entre outras). Souza (2003, p. 14) afirma que:

Para essa lei, a EJA é a feição própria que adquire a educação básica ao ser ofertada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria. Passa, assim, a significar apenas os processos pedagógicos escolares que se destinam a garantir os conteúdos do ensino fundamental e do ensino médio, de maneira apropriada, àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos até o final da educação básica.

Os obstáculos mais prováveis aos desafios colocados à implementação e efetivação da Educação de Jovens e Adultos se mostra, especialmente, no que diz respeito à rigidez e homogeneidade da oferta escolar, predominante, nos diferentes níveis educativos. Assim, não tardou para que a escola encontrasse na EJA dificuldades que muitas vezes inviabilizaram a sua execução. E não são poucos os motivos: falta de corpo docente especializado, currículo inexpressivo, números elevados de evasão e desistência e a heterogeneidade de seu público.

No âmbito da permanência e progressão dos educandos, a LDB (2º parágrafo, artigo 37) indica além da necessidade de aprofundamento teórico sobre os processos de cognição de adultos, a possibilidade de oferta de ações integradas e complementares que promovam a sua efetiva participação, a partir da criação de incentivos aos empregadores para facilitar o acesso dos trabalhadores aos estudos "ao lado de mecanismos de gratuidade ativa, como a provisão de assistência de saúde, transporte, alimentação, material escolar e didático-pedagógico" (Di Pierro, 2008, p. 405a).

A heterogeneidade da população atendida pela EJA – jovens e adultos –, que compreende as diferentes idades, a diversidade de níveis de escolarização, as distintas trajetórias escolares e, sobretudo, humanas apresentam-se como desafios para a prática docente (Dayrel, 2005).

O aumento significativo de ingresso de jovens que abandonam o ensino regular em busca da EJA foi percebido, especialmente, desde a implantação da lei 9394/96. Neste caso, Haddad e Di Pierro (2000) ressaltam que os educadores da EJA encontram na diminuição da idade mínima dos alunos um novo desafio: trabalhar concomitantemente com dois sujeitos muito distintos, os jovens e os adultos. Problematizar o "fenômeno da juventude" tornou-se fundamental para o entendimento de um público cada vez mais presente nas salas de aula de Educação de Jovens e Adultos.

A Educação de Jovens e Adultos sempre compreendeu um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e não formais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais, de habilidades socioculturais e de acesso e garantia de direitos sociais.

A EJA, em sua acepção real, se caracteriza por uma modalidade de educação para sujeitos concretos, em contextos concretos, com histórias concretas, com configurações concretas. A expressão Educação de Jovens e Adultos, em nosso meio, designa um campo de conhecimento e de prática social que diz respeito às condições e oportunidades educacionais relacionados às pessoas desfavorecidas econômica e socialmente. A EJA se constitui muito mais como produto da miséria social do que dos "desafios" do desenvolvimento (Haddad, 1992).

De fato, o analfabetismo e a baixa escolaridade estão associados a Os referenciais que identificam as práticas da EJA como recuperarão do tempo perdido, infantilização

pedagógica e aceleração de estudos revela a face compensatória de "pessoas em atraso escolar" que constitui este campo de prática social e pedagógica. Ao focalizar a escolaridade não realizada ou interrompida no passado, o paradigma compensatório acabou por enclausurar a escola para jovens e adultos nas rígidas referências curriculares, metodológicas, de tempo e espaço da escola de crianças e adolescentes, interpondo obstáculos à flexibilização da organização escolar necessária ao atendimento das especificidades desse grupo sociocultural e recuperando o legado dos movimentos de educação e cultura popular.

A visão de EJA sugerida está ancorada a uma noção de desenvolvimento social, declarando que a aprendizagem e formação de adultos são a chave para o século XXI e para a nova sociedade da informação. O potencial da aprendizagem e formação de adultos é apresentado como a mola propulsora para o desenvolvimento ecologicamente sustentável, para a promoção da democracia, da justiça, da igualdade entre mulheres e homens e o do desenvolvimento científico, social e econômico: Art. 2º – A educação de adultos, dentro desse contexto, torna-se mais que um direito: é chave para o século XXI; é tanto consequência para o exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade.

[...] é um poderoso argumento em favor desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de ser um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça [...] (DECLARAÇÃO DE HAMBURGO, 2004, p. 159).

No que diz respeito à realidade brasileira, após a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96), a cultura nacional ainda encontrava-se impregnada pela concepção compensatória. Quando, em 1997, a V Conferência Internacional de Educação de Adultos proclamou o direito de todos à educação continuada ao longo da vida, ainda não havia, no Brasil, consenso em torno desse paradigma. Ainda que lentamente, porém, a transição de referências vem sendo impulsionada pelo resgate da contribuição da Educação Popular, ao lado de um conjunto de mudanças no pensamento pedagógico e nas relações entre educação e trabalho na sociedade contemporânea.

A Educação de Adultos, enquanto um conceito mais amplo contém a Educação de Jovens e Adultos, mas a ela não se reduz. No entanto, é importante construir conceitos suficientemente consistentes, de modo a não criar confusões com o conceito legal, nem tampouco tentar ampliar o conceito de EJA para todas e quaisquer formas de Educação de Adultos.

A educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas 'adultas' pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e da sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos (DECLARAÇÃO DE HAMBURGO, 2004, p. 163).

É importante atentar, nesse contexto, para a diversidade de tradições de Educação de Adultos. Na tradição inglesa, por exemplo, sua origem está associada com a revolução industrial que deslocou grandes contingentes populacionais de áreas rurais para as cidades, sendo parte significativa desses migrantes analfabetos.

Devido a questões de ordem política e administrativa, esse sistema de ensino encerrou suas ações no final da década de 60. Na mesma época, o pensamento de Paulo Freire, e a sua proposta para a alfabetização de adultos inspiram os principais programas de alfabetização do país. Em 1964, aprovou-se o Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo o Brasil de programas de alfabetização orientados pelos ensinamentos de Freire. Contraditoriamente, nessa mesma década, essas ações foram interrompidas pelo golpe militar e os seus promotores foram duramente reprimidos. No ano de 1967, o governo assume o controle dos programas de alfabetização de adultos, tornando-os assistencialistas e conservadores.

Nesse período foi lançado o MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização. No ano de 1969, houve campanhas massivas de alfabetização. Na década de 70 o MOBRAL expandiu-se por todo o território nacional, diversificando sua atuação. Das iniciativas que derivaram desse programa, o mais importante foi o PEI – Programa de Educação Integrada, caracterizado como forma condensada do antigo primário. Na década de 80 emergiram os movimentos sociais e o início da abertura política. Os projetos de alfabetização se desdobraram em turmas de pós alfabetização. Em 1985, desacreditado, o MOBRAL foi extinto e seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar, que apoiava financeira e tecnicamente as iniciativas do governo, das entidades civis e das empresas no processo de alfabetização de jovens e adultos.

Com a extinção de a Fundação Educar na década de 90, criou-se um enorme vazio na EJA. Alguns estados e municípios assumiram a responsabilidade de oferecer esses

programas, os quais chegam aos nossos dias reclamando reformulações pedagógicas. No ano de 1990 acontece na Tailândia-Jomtiem, a Conferência Mundial de Educação para Todos, momento em que foram estabelecidas diretrizes planetárias para a educação de crianças, jovens e adultos. No ano de 1997, realizou-se na Alemanha-Hamburgo, a V Conferência Internacional de Jovens e Adultos, promovida pela UNESCO. Esse evento representou um importante marco, à medida que estabeleceu a vinculação da educação de adultos ao desenvolvimento sustentável e equitativo da humanidade.

Para Sérgio Haddad (2007, p. 8), "A EJA é uma conquista da sociedade brasileira", pois durante o processo histórico da educação brasileira, esta modalidade de ensino sempre esteve à margem das políticas públicas nacionais de educação, e sua oferta em forma de campanhas de massa, visava o atendimento de objetivos imediatistas de diminuição do índice de analfabetismo.

A partir da Constituição Brasileira de 1988 e da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, é que a EJA deixou de ser suplementar e tornou-se um direito fundamental, elemento essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, tendo como princípio primordial a garantia da cidadania.

Para Paulo Freire (2005, p.19), "A história é tempo de possibilidades e não de determinismo, o futuro é problemático e não inexorável". O desafio da qualidade do processo ensino aprendizagem na EJA, além das diversidades culturais dos alunos e o know-how dos educadores, vinculam-se ainda a superação do analfabetismo digital, frente a uma sociedade invadida e dominada pelas novas tecnologias.

Entabular um diálogo entre Educação Popular e Pedagogia Social e de ambas com a Educação de Jovens e Adultos implica em alargar o modo de conceber a educação, resgatando e enfatizando sua função social e política, na história, na cultura e nas relações Inter geracionais.

A Educação Popular tem sua origem no movimento de libertação do povo frente às situações de injustiça social, questionando e agindo sob o ponto de vista do modelo econômico e político dominante e buscando a criação de uma nova hegemonia. Seu ponto de partida é a cultura popular, entendida como a codificação e expressão de um cotidiano de resistência e de lutas por dignidade e justiça. Na Educação Popular, como a dimensão pedagógica do próprio Movimento Popular, o processo de produção do saber é pedagogicamente mais importante do que o seu produto (Brandão, 1995).

Ela se interessa pela compreensão de como as pessoas se organizam para produzir e viver as experiências criadoras de conhecimentos. Desenvolve estratégias de educação que incentivam a participação, como um meio de promoção da cidadania, compreendida em suas dimensões crítica e ativa. Neste sentido, a Educação Popular faz da margem o seu lugar preferencial e historicamente tem revelado dificuldades de conviver com a institucionalidade.

Muito se discutiu se a Educação Popular pode ser realizada na escola e os resultados das discussões parecem apontar para dois fatos aparentemente incompatíveis. Um deles, de que numa sociedade democrática a escola pode ser um lugar de educação popular, desde que propicie condições para os requisitos básicos da Educação Popular, tais como: tomar a realidade do educando como ponto de referência para o currículo; inserir-se numa proposta político-pedagógica transformadora no sentido da justiça social, da igualdade e do respeito da diferença; colocar o diálogo como princípio metodológico e epistemológico.

O outro, que essa prática não pode ser "decretada" e por isso dificilmente a escola ou uma rede de escolas consegue praticar a Educação Popular. Essa sempre se realiza na tensão entre o instituído e o institui-te, portanto, nas fronteiras da institucionalidade. (Baquero; Fischer, 2004).

Entendemos que a Educação Popular se constitui como uma importante referência para a EJA no sentido da mobilização social. Conceber a EJA desde a Educação Popular significa alicerçar-se numa concepção de educação em que a transformação histórica e cultural faz parte de sua substância. Assim, desde essa ótica, a EJA, inspirada na Educação Popular ocupa um lugar de posicionamento político de mudança e libertação, explicitamente assumido. No entanto, a complexidade social traz exigências que desafiam as práticas educativas sob o ponto de vista do enfrentamento das desigualdades e dos sofrimentos por ela infligidos à população.

A Pedagogia Social pode ser inserida nessa discussão para contribuir para a elaboração de suportes teóricos e metodológicos de intervenção no campo da educação geral e, especialmente, no campo da Educação de Jovens e Adultos. A Pedagogia Social, ainda recente no Brasil, tem sua origem e assume crescente relevância em diferentes países europeus. Ela se constitui a partir do princípio de educação como direito, desenvolvendo-se no ambiente escolar e não escolar. Internacionalmente, a Pedagogia Social é um campo de ação interdisciplinar, reconhecida como ciência, como disciplina curricular, como área de intervenção sócio pedagógica, como campo de pesquisa e como profissão. Na definição de Mollenhauer (1993, p. 28), a Pedagogia Social seria.

"[...] o mais avançado campo experimental da sociedade, porque sua incumbên-

cia não é a de transmitir conteúdos culturais, mas exclusivamente ocupar-se com a superação de problemas emergentes das pessoas em formação com vistas a seu desenvolvimento e integração." Os olhos do educador estariam assim disponíveis para olhar e experimentar novas visões de futuro, uma sociedade que pudesse acolher a todos como cidadãos de fato e de direito.

A Pedagogia Social, à semelhança da Educação de Adultos, tem sua origem na sociedade industrial (Mollenhauer, 1993, p. 19). Ela atua a partir de uma perspectiva pedagógica junto aos problemas sociais, materializados como situações de risco e vulnerabilidade, abandono e indiferença, que se manifestam nas formas da pobreza, da marginalidade, do consumo de drogas, entre outras. Segundo Caliman (2009, p. 59):

[...] a Pedagogia Social tem como finalidade de pesquisa a promoção de condições de bem-estar social, de convivência, de exercício de cidadania, de promoção social e desenvolvimento, de superação de condições de sofrimento e marginalidade. Tem a ver com a construção, aplicação e avaliação de metodologias de prevenção e recuperação. A figura do educador social emerge como mediador do processo de apropriação dos educandos do seu lugar de ator social. Fazem parte da formação do educador social áreas como: cuidado, planejamento, diagnóstico; proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade (os direitos das crianças, jovens, idosos, mulheres, negros); teorias da formação humana; o aconselhamento como arte de ouvir e intervir; as instituições sociais e seu funcionamento. No campo de ação da Pedagogia Social, podemos citar intervenções pedagógicas desenvolvidas no âmbito dos sistemas penitenciários (público adulto), cumprimento de medidas socioeducativas (juventude) e o sócio educação (crianças).

Essas intervenções exigem uma dinâmica educativa específica, na perspectiva do desenvolvimento humano junto a um sistema de garantia e acesso de direitos. Exemplo disso é o trabalho desenvolvido pelos Círculos Operários, cuja raiz histórica é originada nos Movimento Social de Educação Popular e, na atualidade, assume características da Pedagogia Social, quando opta pelo desenvolvimento de programas e projetos voltados para a intervenção socioeducativa e desenvolvimento local.

López (2009) procura associar a Pedagogia Social e a Educação de Pessoas Adultas (EPA) a uma perspectiva de desenvolvimento humano sustentável, aludindo às potencialidades que esta modalidade de educação pode oferecer em termos de inserção e de participação na sociedade global de conhecimento. A Pedagogia Social na Espanha, por exemplo, com a atenção da comunidade científica pedagógica envolvida nas discussões referentes à teoria e à práxis, se estruturou em torno de três eixos: educação de adultos, incluindo a terceira idade, inserção e adaptação social e ação socioeducativa (Sáez, 1994).

As aproximações entre Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Pedagogia Social, sugerem a dimensão do social como locus8 da prática e o popular como a perspectiva e projeto. Cabem, por isso, algumas reflexões sobre esses dois adjetivos para a educação que, conforme nosso argumento pode contribuir para revisar o entendimento da EJA.

Para Castel (1998), a questão social seria mais uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. O autor refere que "a questão social se põe explicitamente às margens da sociedade e questiona o seu conjunto." Pinheiro e Dias (2009) confirmam as palavras de Castel (1998, p. 4) e acrescentam que. "[...] o lugar do social é visto entre organização política e o sistema econômico, deixando clara a necessidade de construir sistemas de regulação não-mercantil com o objetivo de tentar preencher este espaço [...]" Na América Latina a questão social e as suas consequências problemáticas se misturam na diferença das relações sociais em suas dimensões econômicas, política, culturais, entre outras. Isto configura uma forma de desigualdade extrema e com profundos impactos sobre a vida cotidiana (Oliveira, 2010). A apropriação desigual do produto social se materializa de diversas formas: Desemprego; analfabetismo; fome; violências; pobreza extrema, entre outras. Nesse contexto, constituiu-se o lugar do social com objetivo de intervir nas expressões cotidianas do trabalho, da família, da habitação, da saúde, da assistência social e do acesso a bens e serviços públicos. Junto com o adjetivo social (de Pedagogia Social), colocamos o adjetivo popular (de Educação Popular), sinalizando a perspectiva pela qual se deseja compreender a questão social. Faz-se necessário reconhecer que nos últimos anos houve deslocamentos na compreensão do popular (Mejia, 2006; Wanderley, 2009).

Assim como os centros de poder se modificam, movimentam-se também as suas periferias. Quer usemos as metáforas de centro e margem, norte e sul, desenvolvido e subdesenvolvido (ou em desenvolvimento), opressor e oprimido, hegemônico e contra hegemônico, todas elas apontam divisões e desigualdades sociais. O popular, conforme a nossa compreensão de Educação Popular indica o lado "fraco" desses binômios, ou seja, daqueles que desejam promover mudanças e que, como se sabe, constituem a maior parte do público da EJA.

CONCLUSÃO

Os jovens e adultos que procuram os programas de ensino fundamental nunca tiveram acesso à escola, vivendo o estigma so-

cial da condição de analfabetos, ou a frequentaram por curtos períodos, nela percorrendo uma trajetória descontínua, marcada por experiências de insucesso e exclusão igualmente estigmatizadoras. Por esse motivo, um aspecto fundamental da inserção de jovens e adultos nesses programas é o fortalecimento de sua autoestima, a afirmação de sua identidade como cidadãos de direitos e como seres produtivos e criativos, intelectualmente capazes, detentores e produtores de cultura. A recuperação da autoestima, da identidade pessoal e cultural e o reconhecimento mútuo dos educandos envolve a rememoração de suas histórias de vida, de seus projetos e expectativas.

Vale lembrar que o aluno não deve ser forçado a expor sua situação pessoal, mas sim ser estimulado a fazê-lo como um meio de integrar-se ao grupo. Em turmas heterogêneas, é provável que esse processo faça emergir conflitos entre diferentes modos de ser. A diversidade de características dos educandos, que muitas vezes é vista como um obstáculo ao processo de ensino-aprendizagem deve ser encarado como uma oportunidade para que o educador enfrente com o grupo os preconceitos e discriminações sociais, desenvolvendo valores e atitudes de solidariedade e tolerância perante as diferenças de gênero, geração, etnia e estilo de vida.

Na recuperação das histórias de vida dos alunos, tem papel importante à valorização das tradições culturais e do saber prático que os educandos detêm. Adquiridos na vivência familiar, comunitária ou profissional, esses saberes são de extrema importância para a relação dos alunos com o meio físico e social; eles não podem, portanto, ser ignorados ou desqualificados frente aos conhecimentos transmitidos pela escola.

O desafio que se apresenta ao professor é o de estabelecer conexões entre esses dois universos de conhecimento, permitindo que o aluno amplie suas possibilidades de atuação, fortalecendo sua autoconfiança. Ao recuperarem suas histórias de vida, os educandos podem localizar data e local de nascimento, os vários locais de moradia, motivos das mudanças realizadas, situação familiar, vida profissional e escolar e tantas outras informações relevantes.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, Rute Vivian; FISCHER, Maria Clara Bueno. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: um campo político-pedagógico em disputa. In: Revista Educação Unisinos. v. 5, n. 9 jul./dez. 2004. p. 239-240.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Em campo aberto: escritos sobre educação popular. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL, Lei n. 11.741 de 16 de julho de 2008. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Curso de formação de alfabetizadores BB educar, textos, complementares, p. 26-57; 2005.

CASTEL, Robert. La inseguridad social. Qué és estar protegido? Buenos Aires: Manantial, 2004.

_____. Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS. Parecer n. 11. Brasília, DF: CNE/CEB, 2000.

DECLARAÇÃO de Hamburgo sobre Educação de Adultos e Agenda para o Futuro da V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (Hamburgo, Alemanha: 1997).

In: Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea (1996-2004). Brasília, DF: Unesco, Mec, set. 2004, p. 41-82 (Educação para Todos).

PIERRO, Maria Clara. Educação de Jovens e Adultos na América Latina e

Caribe: trajetória recente. In: Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008 a.

_____. Luta social e reconhecimento jurídico do Direito Humano dos jovens e adultos à educação. In: Educação. Revista do Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, v. 33, n. 3, p. 395-410, 2008b.

DI PIERRO, M. C. & Haddad, S. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, 14, 108-130. 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 24ª Ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002.

HADDAD, Sérgio. et al. Novos Caminhos em Educação de Jovens e Adultos – EJA: Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. Editora Global, São Paulo, 2007.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. In: Revista Brasileira de Educação, n. 15, maio/jun./jul./ago. 2000.

HADDAD, Sérgio. Tendências atuais na educação de adultos. Em aberto, Brasília, DF, n. 56, out./dez. 1992.

LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.

MEJÍA J. Marco Raúl. Educación(es) en

la(s) globalización(es). Bogotá: Ediciones desde abajo, 2006.

MOLLENHAUER, Klaus. Einführung in die Sozialpädagogik: Probleme und Begriffe der Jugendhilfe. 10. Auflage. Weinheim und Basel: Beltz, 1993.

OLIVEIRA, Cristiano Benites. A questão social da reciclagem: um estudo sobre reflexividade, desigualdade e articulação de redes sociopolíticas no Rio Grande do Sul. 2010. 162f.

SAEZ, J. (Coord.). El educador social. Murcia: Universidade de Murcia, 1994.

SILVA, Roberto da; SOUZA NETO, João Clemente de Souza; MOURA, Rogério Adolfo de. Pedagogia Social. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

SOUZA, João Francisco de. Uma proposta pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos como resultado de experiência e revisão de sua História. In:

Revista Fênix, n.1, p. 4-16, 2003.